

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP

**DISTRIBUIÇÃO URGENTE**

**ITAJARA COMÉRCIO DE CARNES LTDA.,**  
estabelecida nesta cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, SP, à Rua Julio Lozano,  
nº 1.134, CEP 18900-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.830.390/0001-40,  
por seus advogados regularmente constituídos que esta subscrevem, com lastro  
na Lei 11.101/2005 - Lei de Recuperação de Empresas e demais legislações  
correlatas, vem, respeitosamente, requerer digno-se V. Exa conceder-lhe os  
benefícios de uma

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL,**

com o objetivo de viabilizar a superação de sua passageira crise econômico-  
financeira, pelas razões a seguir expostas:

**1. DO HISTÓRICO DA EMPRESA REQUERENTE**

A Requerente iniciou suas atividades em 1987, tendo  
por objeto o comércio de carnes suína e bovina.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)



## MANDEL

ADVOCACIA

O objetivo, desde o início, era oferecer ao mercado uma ampla gama de produtos de proteína animal, abastecendo os lares brasileiros com carne da melhor qualidade.

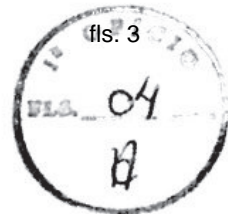
Fundada originalmente em Campinas, quando voltada majoritariamente ao comércio, adquiriu nesta cidade instalações para abate, passando desde então a concentrar suas atividades no abate e corte de gado bovino, e se tornando um importante parceiro dos produtores pecuários de Santa Cruz do Rio Pardo e região.

Considerando-se o tempo de operação apenas em Santa Cruz, entre o período em que exerceu suas atividades em outros locais até a instalação na atual planta, a Itajara já opera há mais **14 anos** na Comarca, participando desde então da história e da economia desta cidade Paulista.

Atualmente, embora sua sede estatutária seja na Capital, suas atividades principais concentram-se integralmente na Unidade de Abate sita nesta Comarca, onde se localizam seus ativos e onde se realizam seus processos produtivos. Seus diretores também residem na Comarca, de forma que, embora a Sede se localize em São Paulo por questões meramente comerciais – a sede na Capital se mostra importante para a distribuição de seus produtos – as principais decisões da gestão são tomadas em Santa Cruz.

Aqui também se localiza a maior parte de seus fornecedores de matéria prima, o que se mostra até óbvio, pois a região é rica em produtores rurais que tem no comércio de gado para abate a sua subsistência. Existe na Capital apenas um escritório e centro de distribuição.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)



## MANDEL

ADVOCACIA

Para termos de comparação, enquanto nesta Comarca laboram mais de 200 colaboradores, o centro de distribuição em São Paulo comporta uma equipe de dez pessoas.

Após ingressar nas atividades de abate, cresceu vertiginosamente, passando a oferecer ao mercado uma ampla gama de produtos, que logo conquistaram importante espaço no atacado e no varejo alimentício. A qualidade dos produtos logo se tornou referência para consumidores cada vez mais exigentes.

Para alcançar e manter esse crescimento, sempre pautou suas atuações dentro de rigorosos princípios éticos e seguindo uma política de eficiência total e qualidade controlada, mesmo enfrentando agressiva competitividade.

As condições rigorosamente controladas de higiene e qualidade em seus processos produtivos lhe garantiram as certificações necessárias perante o SIF para a comercialização de seus produtos, demonstrando que o bem estar de seus clientes é uma das prioridades da empresa.

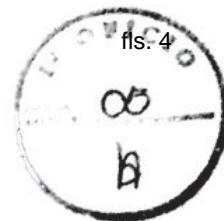
Por meio de aprimoramento constante, está colocada hoje no mercado como empresa exemplar, dominando todas as etapas dos seus processos operacionais.

Hoje atende mais de 3800 clientes cadastrados no mercado interno brasileiro, com vendas para redes de supermercados, fabricantes de derivados de carne, varejões, açougues etc.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)

1





**MANDEL**  
ADVOCACIA

Possui uma equipe de funcionários dedicada a atender seus clientes, desenvolvendo um relacionamento de longo prazo, baseado em excelência e conhecimento das suas necessidades específicas e atuais.

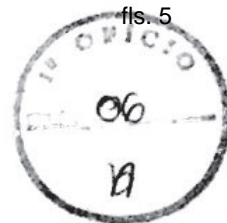
Em suas atividades, emprega diretamente **220** funcionários diretos, gerando aproximadamente **600** empregos indiretos através de uma rede de mais de **3800** fornecedores, fortemente concentrados na região de Santa Cruz de Rio Pardo.

Todos os funcionários gozam de todos os benefícios legais e exercem suas funções dentro da mais absoluta segurança de trabalho. São agraciados com seguro de vida, cesta básica, plano dentário, dentre outros benefícios.

Em suas atividades recolhe diversos impostos (além dos Encargos Sociais/Contribuição Previdenciária), tais como INSS, IPI, ISSQN, FGTS, PIS, COFINS, IRRF, CSSL, ICMS e outros encargos.

Por conta do seu histórico, a Requerente figura como grande empresa no seguimento que atua, sempre exercendo suas atividades com sucesso, além de gozar do maior e melhor conceito na praça e junto às organizações especializadas em crédito, bem como com seus próprios fornecedores, pagando seus compromissos com pontualidade e honestidade apesar da alarmante restrição de crédito que impera nos meios bancários.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)



**MANDEL**  
ADVOCACIA

Percebe-se, assim, a importância da Requerente no cenário econômico local e nacional, bem como a sua total viabilidade econômica, fatos comprovados pela longa trajetória de destaque no seu ramo de atividade, de modo que os últimos problemas ocasionados por situações de mercado e instabilidades econômicas que vem prejudicando a empresa são perfeitamente contornáveis através da Recuperação Judicial.

**2. DA CRISE ECONÔMICA SUPERÁVEL E SUAS CAUSAS**

Em que pese a forte presença de mercado da Requerente, por razões alheias à vontade e imprevisíveis, passou a enfrentar dificuldades financeiras e operacionais que levaram à impossibilidade de satisfazer todos os seus compromissos.

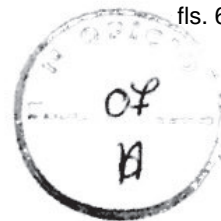
Se fosse possível resumir as inúmeras causas que culminaram em seu atual estado de crise econômica, fatalmente se concluiria que, em que pese o seu relevante volume de vendas, houve um descasamento entre o custo de produção e o preço de seus produtos no mercado, uma vez que enquanto matéria prima, insumos e mão de obra tiveram aumentos significativos nos últimos anos, infelizmente, o preço dos produtos não teve a mesma escalada.

Paralelamente, o fluxo de caixa da Requerente passou a sofrer desequilíbrio, uma vez que o distanciamento entre os prazos de venda exigidos pelos varejistas e o prazo de compra junto aos fornecedores fazia com que a Requerente “financiasse” indiretamente o setor, em detrimento de sua própria operação.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)

V





## MANDEL

ADVOCACIA

A redução da oferta de matéria prima (boi) e a crise de confiança no setor resultaram em queda expressiva no volume de vendas. O surgimento de duas notórias crises econômicas seguidas (norte americana em 2008 e europeia em 2011) provocou uma forte queda no consumo internacional, prejudicando as empresas nacionais como um todo.

Paralelamente houve ação agressiva da concorrência. Alguns grandes grupos passaram a investir vultosas quantias no mercado frigorífico, municiados por financiamentos públicos obtidos mediante promessas de investimento na capacidade de abate brasileira como um todo, deixando alguns frigoríficos extremamente capitalizados, em detrimento aos demais.

Estes grandes grupos inundaram o mercado com compras gigantescas de cabeças de gado, fazendo com que o preço desta matéria prima básica disparasse.

Por outro lado, estes mesmos grandes grupos, ao adquirir carne em excesso, inundaram o mercado com carne barata, criando assim uma grande crise por demanda.

No meio de toda esta nova realidade, se achavam o Itajara e outras empresas do ramo, que, não financiadas por dinheiro público, encontravam o pior cenário possível: preço alto para a compra do gado, preço baixo para a venda da carne.

Tanto é verdade, que nos últimos três anos, este cenário não atingiu somente a Requerente! Muitas empresas do setor ou pediram recuperação judicial ou quebraram.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)

**MANDEL**  
ADVOCACIA

Somente no Estado de São Paulo, frigoríficos tradicionais como Independência, Frigol, Estrela, Mondelli, e muitos outros, enfrentaram os mesmos problemas e por isso se socorreram da Lei.

Apesar disso, a título de muitos esforços e adotando sempre medidas saneadoras em suas finanças, a Requerente vinha conseguindo manter suas operações, para o que contava com recursos obtidos no mercado financeiro, buscando recuperar suas margens.

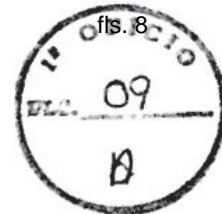
No entanto, recentemente, a cobrança de uma dívida fiscal provocou **severas** restrições cadastrais à empresa. Os agentes financeiros, ao se deparar com a informação da existência da vultosa cobrança fiscal em fase de execução, e diante do cenário econômico desfavorável em virtude dos fatores acima relatados, deixaram de conceder novas linhas de crédito à Itajara, em que pese a empresa reforçar que estava adotando os meios de defesa cabíveis em face da ação judicial em questão.

Por fim, com o advento da Copa do Mundo no Brasil, a atividade econômica como um todo, especialmente no que se refere ao consumo, enfrentou uma abrupta queda nos meses de junho e julho. O faturamento de diversas empresas nacionais sofreu um baque imediato. E não foi diferente com a Itajara.

Aliado a esses fatores, e até em decorrência destes, ocorreu nos últimos anos um aumento do custo financeiro de suas operações, notadamente em razão das elevadas taxas de juros praticadas no mercado, além da queda de vendas e diminuição nacional de produção industrial, provocando perda no faturamento da empresa, e aumentando o endividamento financeiro.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)





**MANDEL**  
ADVOCACIA

Em tal cenário, a Requerente teve uma elevação de seus custos operacionais e, descapitalizada, viu-se obrigada a se socorrer de novos empréstimos bancários para continuar honrando seus compromissos.

No âmbito fiscal, além da cobrança judicial em questão, a Requerente, a exemplo de toda a indústria nacional, sofre também as consequências de uma das maiores cargas tributárias mundiais, o que também colaborou com as restrições ao caixa.

Porém, é indiscutível a viabilidade operacional da empresa. Nos exercícios anteriores obtive impressionantes indicadores, de forma que, nos últimos cinco anos, antes do acirramento da crise, e apesar dos fatores negativos, a empresa crescia aproximadamente 15% ao ano.

Deste modo, fica claro que a empresa tem todas as condições de se recuperar!

Em consequência de tais fatos, a Requerente encontra-se em episódica crise econômico-financeira, apesar dos mais diligentes esforços de seus diretores para vencê-la, como a busca de novos investidores e de recursos no mercado financeiro para formação de capital de giro, e um necessário corte de custos.

Infelizmente, alguns credores optaram por não apoiar a empresa neste momento difícil, ingressando com ações de cobrança, ameaçando com pedidos de falência e enviando títulos a cartório, daí a necessidade de se socorrer desse favor legal.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)





# MANDEL

ADVOCACIA

Inúmeros foram os esforços postos em prática pela Requerente para poder superar tal período adverso, mas outras sequelas vieram a se juntar às anteriores, completando um quadro de dificuldades cada vez maior.

Tem a certeza de que esse estado de crise é passageiro, visto já terem sido tomadas as medidas administrativas e financeiras necessárias para equilibrar sua receita, com a diminuição de custos e despesas para sanar a crise. Acredita também em um futuro mais otimista na economia, com novas políticas para o setor e melhor eficiência em suas relações com o mercado.

Dentre as várias medidas saneadoras já efetivadas e em curso encontram-se a reorganização do seu quadro funcional e cortes de despesas. E, para efetiva superação dessa crise, surge a necessidade da Recuperação Judicial, com o objetivo de ajustar seu caixa, buscando o equilíbrio financeiro exigido para quitação de todos os seus débitos.

Nesse sentido, a transitoriedade do abalo financeiro pode ser verificada quando observada sua situação econômica, pois sua capacidade operacional e a reputação de seus produtos são inspiradores de absoluta confiança e respeito, levando a crer que essa situação é superável.

A situação adversa que enfrenta nesta contingência é de caráter meramente episódico, e a recuperação judicial propiciará o saneamento rápido e garantido de seu quadro crítico.

A tradição, vontade e experiência de seus diretores e colaboradores, somadas às características altamente dinâmicas de sua atividade, garantem a recuperação. Sua situação econômica é boa, o que permite encarar o futuro com otimismo.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)

Y

**MANDEL**  
A D V O C A C I A

A nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas brasileira enseja a **RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**, mesmo para aquelas em estado quase falimentar (o que definitivamente não é o caso da Requerente).

Este espírito de preservação da empresa, como uma unidade produtiva geradora de empregos e circuladora de riquezas, está em consonância harmônica com a tendência moderna do Direito Falimentar nos Países civilizados e de mercado livre. Com apoio da lei e da Justiça, na sua tradição e no férreo esforço de seus titulares, a Requerente seguramente recuperará a sua saúde empresarial.

Reitera-se que emprega centenas de funcionários de forma direta e um múltiplo muito superior indiretamente, e poderá voltar a contratar mais assim que consiga se recuperar.

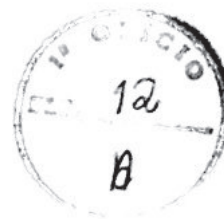
Isso aumenta a sua responsabilidade social, constringendo-a a melhor proteger o patrimônio humano formado por funcionários altamente treinados e totalmente dependentes do destino da Requerente.

Assim, torna-se de fácil intelecção que está em risco a própria sobrevivência da Requerente, uma vez que vem sofrendo pressão por parte dos credores, não lhe restando, destarte, outro remédio a não ser socorrer-se da urgente impetração de uma Recuperação Judicial, que lhe possibilitará replanejar o perfil de seus compromissos e sanear suas dificuldades, para lucrar após o fim da crise e pagar a todos os seus credores.

1







**MANDEL**  
A D V O C A C I A

A Requerente somente precisa de mais tempo para buscar uma solução definitiva para manutenção da empresa e dos empregos que elas proporcionam. E deseja alcançar este tempo socorrendo-se da Justiça e dos benefícios da Lei. Acredita que com a reorganização que estão promovendo e com a recuperação dos preços do mercado, poderá se reerguer em razoável período de tempo.

**3. DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA O PEDIDO:**

Não se encontra a Requerente impedida de obter os benefícios de uma Recuperação Judicial, pois:

a) preenche as condições e requisitos estabelecidos no artigo 48 da Lei 11.101/05;

b) o seu sócio-diretor jamais foi falido e tampouco foi condenado pela prática de crime falimentar ou qualquer dos delitos expostos na Lei de Recuperação Judicial e Falências;

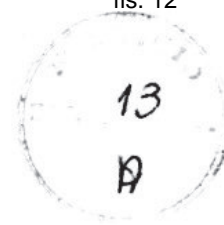
c) empresa regularmente constituída desde 1987, com seu Estatuto Social devidamente arquivado;

d) nunca impetrou Recuperação Judicial no passado;

e) tem por objeto social o comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados;

f) apresentou, junto a este pedido, ou apresentará, oportunamente, os documentos que comprovam as alegações aqui expostas, e em especial, aqueles previstos no artigo 51 da Lei 11.101/2.005, o que, por si só, e com a devida vênia, lhe fazem merecer o imediato processamento do pedido de recuperação judicial.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)



#### 4. DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO INICIAL. NECESSIDADE DE PRAZO PARA COMPLEMENTAÇÃO:

Tendo em vista que a Requerente está ameaçada por credores insatisfeitos, falta tempo hábil para ultimar todos os documentos e papéis contábeis, face à sua situação emergencial e pela dimensão de suas atividades. Deste modo, não havendo qualquer prejuízo a ninguém, vem protestar por prazo hábil para instruir integralmente seu pedido.

A concessão de prazo para instrução tinha amparo na doutrina e jurisprudência consagradas desde a lei anterior, e que são aplicadas na lei atual, uma vez que é humanamente impossível a uma empresa do porte da Itajara, que pela sua natureza tem que registrar inúmeras transações comerciais diárias, apresentar balanço especial e relação de credores no dia da impetração.

Com relação a tal tema, convém anotar a posição do mestre Manoel Justino Bezerra Filho em sua festejada obra "Lei de Recuperação de Empresas e Falências Comentada", página 159, ao comentar acerca da instrução documental da petição inicial da recuperação: *"(...) se o juiz verificar que a documentação está em termos, deverá desde logo prolatar despacho deferindo o processamento da recuperação. Se a documentação não estiver em termos, deverá conceder prazo razoável para que seja completada, sob pena de indeferimento da inicial. (...)"*

Tal conduta jurisdicional no sentido de se conceder prazo razoável à empresa que postula sua recuperação providencie a completa instrução do pedido já é amplamente praticada pelos MM. Juízos Especializados em Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital de São Paulo.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)





**MANDEL**  
ADVOCACIA

Ainda no que tange ao TJ-SP e sua Câmara Especializada em Falências e Recuperações Judiciais, houve inclusive edição de uma súmula específica sobre o assunto, o que deixa claro a possibilidade de instrução complementar do pedido:

*Súmula 56: Na recuperação judicial, ao determinar a complementação da inicial, o juiz deve individualizar os elementos faltantes.*

Desta forma, requer respeitosamente a Impetrante, com a devida vênia, a concessão de um prazo, que sugere de 20 dias, para complementação dos documentos restantes para instrução de seu pedido (anexa à presente jurisprudências a respeito).

Seguem também anexos para os efeitos legais a competente procuração, outorgada aos advogados abaixo assinados, declarações competentes e os documentos societários da empresa, para os fins de Direito, além de diversos dos documentos de instrução previstos em lei.

Desse modo, mesmo estando ainda pendente de instrução o pedido, mas em vista dos documentos já juntados, e em virtude da urgência da empresa em obter a necessária proteção legal diante dos fatores de crise acima relatados, requer, alternativamente, se assim entender possível V. Exa., seja imediatamente deferido o processamento da Recuperação Judicial.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)

**5. PEDIDO LIMINAR URGENTE: SUSPENSÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS**

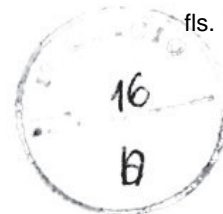
O ingresso da recuperação judicial acarreta à empresa a obrigação de confeccionar a relação dos credores sujeitos ao procedimento, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005. E conforme artigo 49 da Lei 11.101/2005, "*Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos*".

É certo que com a impetração do pedido todas as dívidas existentes até a data de hoje, vencidas ou não, estão sujeitas à recuperação judicial e serão quitadas através do plano de recuperação a ser apresentado, deliberado e homologado neste procedimento, sob pena de se configurar favorecimento indevido de credores em detrimento aos demais – crime previsto no artigo 172 da Lei de Falências e Recuperações Judiciais.

Com a impetração na data de hoje, a Requerente aguarda para breve o deferimento do processamento do pedido. No entanto, neste ínterim, **o frigorífico pode vir a sofrer corte de fornecimento de dois serviços essenciais – energia elétrica e pagamento eletrônico de pedágio ("Sem Parar")**, ambos ocasionados por débitos sujeitos ao procedimento.

Os documentos ora juntados demonstram o risco de corte e, sendo a impetração recente, obviamente estamos tratando de **consumo ocorrido antes do pedido de recuperação judicial**, o que deixa clara a sujeição dos débitos ao procedimento.





Infelizmente, questões desta natureza são corriqueiras em processos de recuperação judicial, uma vez que as concessionárias se utilizam da medida de corte na prestação de serviços para pressionar a empresa a realizar pagamentos indevidos.

No entanto, a jurisprudência dominante vem entendendo que são ilegais cortes no fornecimento de energia e outros insumos e serviços essenciais às empresas em recuperação judicial motivados pelo não pagamento de valores sujeitos ao procedimento. Neste sentido, a jurisprudência do Tribunal Paulista:

*Recuperação Judicial - Decisão judicial para que a concessionária de energia elétrica se abstivesse do corte de energia elétrica à empresa em recuperação judicial, por débitos tanto anteriores quanto posteriores ao ajuizamento da recuperação judicial - Cabimento de embargos de declaração, interpostos pela concessionária - Inadmissibilidade da extensão da decisão judicial - As contas anteriores ao pedido de Recuperação Judicial estão sujeitas a ele, não podendo ser cobradas, e nem autorizando suspensão no fornecimento (caput do art 6º da Lei nº 11 101/05) - Caudalosa jurisprudência desta Câmara Especializada - Agravo de instrumento provido (TJ-SP, Câmara Especializada em Falências e Recuperações Judiciais, AI nº 582.360.4/2-00, Des. Rel. Romeu Ricupero)*

Diante da recorrência de casos neste sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo editou uma **súmula**, ratificando diversos entendimentos anteriores de sua Câmara Especializada em Falências e Recuperações Judiciais, também contrária ao corte de fornecimento de serviços motivados por débitos sujeitos à recuperação judicial:

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)



**MANDEL**  
ADVOCACIA

***Súmula 57: A falta de pagamento das contas de luz, água e gás anteriores ao pedido de recuperação judicial não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento.***

E é fulcral que a empresa não sofra corte no fornecimento de energia e do “Sem Parar”.

O corte no fornecimento de energia simplesmente inviabilizaria a empresa, uma vez que o fornecimento de energia é não só importante para os processos produtivos em si, como também essencial para a manutenção das condições de trabalho necessárias aos empregados. Sem contar que com a perda da energia as câmaras frigoríficas deixariam de funcionar, provocando a perda dos produtos ali mantidos, causando prejuízos imediatos.

E o corte do “Sem Parar” é igualmente prejudicial. A empresa utiliza sua frota no envio de produtos ao Centro de Distribuição em São Paulo e para diversos destinos buscando atender aos seus clientes. Seus caminhões frigoríficos não podem se privar da agilidade do controle eletrônico de pedágio uma vez que transportam produtos extremamente frágeis e perecíveis.

Atualmente o “Sem Parar” é a única empresa com a abrangência territorial necessária para atender à demanda da Requerente. Logo, o corte do serviço provocará prejuízos à empresa, e consequentemente, ao processo de recuperação, que podem se tornar **irremediáveis**.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br

Y





**MANDEL**  
A D V O C A C I A

Vale lembrar, em ambos os casos, que as faturas relativas a utilização **posterior** serão regulamente pagas; o que não se admite é se ver a empresa privada por tais serviços diante da impossibilidade legal de pagar as faturas hoje em aberto.

Verifica-se, portanto, que a Itajara possui não só o **claro direito** de não ver suspenso o fornecimento de água e telefonia celular, como demonstra **eminente prejuízo** com estes cortes.

Por todo o exposto, requer seja determinada a expedição de intimação às empresas **CPFL Santa Cruz** (Pça. Joaquim Antonio de Arruda, 155, CEP 18800-000, Piraju-SP) e **"Sem Parar"** - Centro e Gestão de Meios de Pagamento S.A (Rua Minas Bogasian, nº 253, CEP 06013-010, Osasco-SP) para que não venham a obstar o fornecimento de serviços à Itajara em virtude de débitos sujeitos à recuperação judicial, **sob pena de multa diária**, de forma a impedir prejuízos irreparáveis à empresa.

Tendo em vista a urgência, requer seja permitido à parte encaminhar este ofício às prestadoras, comprometendo-se a comprovar nos autos o seu cumprimento.

Caso V. Exa. entenda não ser viável a concessão da liminar previamente ao deferimento, requer alternativamente o acolhimento do pedido concomitantemente ao processamento do pedido de recuperação judicial.

Rua General Jardim, 808 5º andar Higienópolis CEP 01223-010 São Paulo SP  
Tel.: (011) 3124-1650 Fax: (011) 3237-2653 [www.mandeladvocacia.com.br](http://www.mandeladvocacia.com.br)  
e-mail: [mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br](mailto:mandeladvocacia@mandeladvocacia.com.br)

**MANDEL**  
ADVOCACIA**6. PEDIDOS FINAIS:**


Em vista do exposto, após a juntada dos documentos faltantes, ou mesmo de imediato, requer se digne V. Exa. deferir o processamento de seu pedido de Recuperação Judicial, comprometendo-se a Impetrante a apresentar o necessário Plano de Recuperação no prazo legal.

Requer ainda a concessão das liminares pleiteadas visando impedir o corte de serviços essenciais à empresa, pelas razões de fato e de direito já expostas.

Termos em que, dando-se à causa, apenas para efeitos fiscais, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e obedecidas às formalidades de praxe, espera e aguarda o DEFERIMENTO.

Santa Cruz do Rio Pardo, 1 de agosto de 2014.

  
**Julio Kahan Mandel**  
OAB/SP 128.331

  
**Paulo C. S. Calheiros**  
OAB/SP 242.665

Pela Requerente:

  
**ITAJARA COMÉRCIO DE CARNES LTDA.**